

**FACULDADE CATÓLICA DE ANÁPOLIS
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**GESTÃO ESCOLAR PARA UMA ESCOLA INCLUSIVA: ANÁLISE DA VIVÊNCIA
PRÁTICA EM ESCOLAS DAS REDES DE ENSINO PÚBLICA MUNICIPAL E
PARTICULAR DA CIDADE DE ANÁPOLIS – GO**

**CLAUDIA BATISTA DA SILVA MENDES
JULIANA DOS SANTOS SANTANA**

**ANÁPOLIS-GO
2015**

**CLAUDIA BATISTA DA SILVA MENDES
JULIANA DOS SANTOS SANTANA**

**GESTÃO ESCOLAR PARA UMA ESCOLA INCLUSIVA: ANÁLISE DA VIVÊNCIA
PRÁTICA EM ESCOLAS DAS REDES DE ENSINO PÚBLICA MUNICIPAL E
PARTICULAR DA CIDADE DE ANÁPOLIS – GO**

Trabalho apresentado à Coordenação do Curso de Especialização em Gestão Educacional, da Faculdade Católica de Anápolis, como requisito parcial à aprovação no Curso de Especialização em Gestão Educacional, sob orientação da Prof^a Ma. Ivana Alves Monnerat de Azevedo.

**ANÁPOLIS-GO
2015**

**CLAUDIA BATISTA DA SILVA MENDES
JULIANA DOS SANTOS SANTANA**

GESTÃO ESCOLAR PARA UMA ESCOLA INCLUSIVA: Análise da Vivência Prática em Escolas das Redes de Ensino Pública Municipal e Particular da Cidade de Anápolis – GO

Monografia desenvolvida como requisito à aprovação para aprovação no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do curso de Pós-graduação em Gestão Educacional da Faculdade Católica de Anápolis, sob a orientação da Prof^{ma}. Ivana Alves Monnerat de Azevedo.

BANCA EXAMINADORA

Prof^{ma}. Ivana Alves Monnerat de Azevedo
Orientadora

Prof^{ma}. Allyne Farinha Chaveiro
Avaliadora

Prof. Esp. Aracelly Rodrigues Loures Rangel
Avaliadora

RESUMO

O presente estudo apresenta-se como uma pesquisa ação em Gestão Educacional que visa demonstrar a organização da gestão escolar e as propostas de educação inclusiva no contexto educacional, especificamente dos alunos com Transtorno de *Déficit* de Atenção e Hiperatividade – TDAH, analisando a vivência prática em escolas das redes de ensino pública municipal e particular na cidade de Anápolis – GO. Os objetivos específicos foram: conceituar inclusão escolar das pessoas com deficiências; identificar quais os principais conceitos, características e propostas relativas à inclusão escolar das pessoas com deficiências; e averiguar como está sendo realizado o processo de inclusão das pessoas com deficiências nessas escolas, observando o papel da equipe gestora como promotora e articuladora dessas mudanças no processo educativo. A pesquisa qualitativa e de cunho descritivo foi realizada por meio do estudo bibliográfico e um Estudo de Caso Avaliativo, cujos sujeitos da pesquisa foram gestores, coordenadores e professores dessas instituições de ensino. Foram extraídos dados para discussão e a elaboração do projeto de intervenção. Os resultados desses processos indicaram que as instituições escolares adotam uma proposta educacional inclusiva, recebendo os alunos não só da inclusão, mas também da diversidade de uma forma acolhedora, porém, a conduta e as práticas escolares dos professores regentes diante dos alunos com TDAH dificultam o acesso ao currículo dos mesmos, acarretando prejuízos em seu desenvolvimento integral.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão Escolar. Inclusão Escolar. TDAH.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
1 O PROCESSO INVESTIGATIVO	7
1.1 TEMA E JUSTIFICATIVA.....	7
1.2 PROBLEMATIZAÇÃO.....	7
1.3 HIPÓTESES	8
1.4 OBJETIVOS	9
1.4.1 Objetivo Geral.....	9
1.4.2 Objetivos Específicos	9
1.5 REVISÃO DE LITERATURA.....	9
1.5.1 Educação Inclusiva.....	10
1.5.2 Educação Particular.....	15
1.5.3 Escola Pública	16
1.5.4 Gestão escolar para uma educação inclusiva	20
1.5.5 Transtorno de <i>Déficit</i> de atenção e hiperatividade -TDAH.....	22
1.6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	24
1.6.1 Análise dos dados e discussão dos resultados.....	25
2 - O PROCESSO DE INTERVENÇÃO	30
2.1 TEMA E JUSTIFICATIVA	30
2.2 ÁREAS DO CONHECIMENTO.....	31
2.3 PÚBLICO ALVO	31
2.4 OBJETIVOS	32
2.4.1 Geral.....	32
2.4.2 Específicos	32
2.5 REVISÃO DE LITERATURA.....	32
2.6 ETAPAS E PROCEDIMENTOS	34
2.6.1 Estratégias De Ação	34
2.6.2 Culminância	35
2.7 DURAÇÃO.....	35
2.8 AVALIAÇÃO.....	35
2.9 RECURSOS.....	35
2.10 RESULTADOS.....	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS	39
APÊNDICE	43

APRESENTAÇÃO

O estudo intitulado Gestão Escolar para uma escola inclusiva: Análise da vivência prática em escolas das redes de ensino público municipal e particular da cidade de Anápolis-GO tem como finalidade analisar se a forma como a gestão escolar está organizada favorece a efetivação do processo de inclusão escolar.

Para isso foi realizada uma análise da vivência prática em uma escola pública e particular na cidade de Anápolis, buscando evidenciar de que forma esse processo inclusivo tem acontecido nas duas esferas, visto que, é notório no Brasil diferenças em termos de estruturas de ensino nos dois âmbitos escolares, principalmente referente a propostas curriculares e pedagógicas e isso não é diferente com relação ao processo de gestão das mesmas.

Nota-se que a ênfase no ensino público inclusivo tem sido cada vez mais debatido e regulamentado pelos órgãos normatizadores do ensino brasileiro como se pode citar o Ministério da Educação (MEC), porém, vale colocar que a educação inclusiva não existe somente para o ensino público e, também as escolas de caráter particular devem obedecer às legislações e buscar atender as necessidades da sociedade, como garantir a acessibilidade e oferecer recursos educacionais e pedagógicos para a Educação Especial.

Diante disso é proposto um projeto de intervenção que analisou a gestão escolar e apresentou a esta, propostas de educação inclusiva na escola – Proposta de ações mais efetivas, onde com isso, os gestores possam colaborar em novas maneiras de lidar com o aluno portador de necessidades educacionais especiais, colaborando para uma vantagem educativa maior.

I O PROCESSO INVESTIGATIVO

1.1 TEMA E JUSTIFICATIVA

Esse tema em estudo foi escolhido diante da emblemática de demonstrar de que forma essa educação inclusiva tem acontecido nas escolas públicas e particulares, se estas tem tido capacidade e atenção necessária para trabalhar com esse aluno, para que essas respostas então tenham êxito, sendo realizado, estudo de campo em uma escola pública e privada da cidade de Anápolis – GO, por meio de entrevista com os gestores das escolas.

Assim, este estudo é relevante no sentido de analisar como esse processo está acontecendo na prática, buscando compreender e descrever como as escolas têm respondido à política de inclusão, quais as práticas pedagógicas necessárias para que a educação inclusiva aconteça e a importância de profissionais especializados nessa área de atuação e por fim, demonstrar que o papel da escola para que esse processo de inclusão na sociedade realmente aconteça.

É importante analisar a gestão escolar tanto no perfil público como particular, descrevendo dentre estas semelhanças e diferenças referente a atuação da gestão escolar, no oferecimento de uma educação inclusiva e se está realmente tem contribuído para a sociedade.

A maior dificuldade nessa proposta de intervenção está em conseguir efetivar todo esse processo transformando-o em ações educativas na prática, devido a falta de recursos e de profissionais especializados, assim como implantação de espaço adequado dentro das escolas.

1.2 PROBLEMATIZAÇÃO

Diante de tais colocações o estudo tem como desígnio responder o seguinte questionamento primário:

De que forma o sistema de gestão de escolas públicas e particulares de Anápolis tem se estruturado a fim de realizar a inclusão escolar?

Em caráter secundário são destacados os seguintes questionamentos:

- o que é inclusão escolar?
- quais os principais conceitos, características e propostas relativas à inclusão escolar das pessoas com deficiências, em específico com TDAH?

- qual é a importância da gestão escolar na edificação desse processo de inclusão?
- como está sendo realizado o processo de inclusão das pessoas com deficiências nas escolas da rede pública e particular na cidade de Anápolis?
- qual o papel da equipe gestora como promotora e articuladora de mudanças no processo educativo, para garantir que a escola seja inclusiva?
- quais as ações realizadas pela equipe gestora para a edificação desse processo?
- qual a importância da gestão escolar nos dois perfis educacionais referente a atuação da gestão escolar, na busca de oferecer uma educação inclusiva?

1.3 HIPÓTESES

Partindo da premissa que a educação é uma prática social e precisa ser entendida utilizando-se de um suporte teórico para que possa se desenvolver e atender as necessidades sociais de forma eficaz, não é fácil, depois de toda uma experiência escolar, em que a exclusão é uma das situações mais comumente vividas, fazer essa passagem necessária que leva a conceber uma escola de todos, para todos e com todos os alunos. Infelizmente as escolas tem dificuldade em lidar com as diferenças. No emaranhado de questões problemáticas que envolvem o convívio, a inclusão e permanência do aluno hiperativo na escola, o professor precisa ser um incentivador, ser paciente, passar para os pais o que está ocorrendo dentro de sala de aula, até mesmo para que a equipe médica e psicológica possa intervir para ajudar esse aluno a superar suas dificuldades.

Podem-se ressaltar aspectos do processo de ensino no que se refere ao atendimento educacional, à legislação e às concepções filosóficas, que visam orientar e possibilitar condições para que haja a construção dos conhecimentos oriundos de diferentes contextos, a transformação da realidade e a viabilização das relações de igualdade no processo de construção de uma sociedade melhor.

O professor deverá trabalhar em parceria com profissional especializado e, a respeito da contribuição que este pode oferecer ao professor regente, no que se refere ao atendimento aos alunos especiais reafirma-se que a educação inclusiva requer modificações em vários aspectos e, alguns pontos passam a fazer parte desse novo modelo, destacando-se entre eles, as questões da política de inclusão, a flexibilização curricular, a preparação da 'escola comum' para receber os alunos considerados deficientes, utilizando técnicas e recursos apropriados e o professor que deve ter formação para atuar nesse processo de inclusão.

1.4 OBJETIVOS

1.4.1 Objetivo Geral

Analisar de que forma o sistema de gestão de escolas públicas e particulares de Anápolis tem se estruturado a fim de realizar a inclusão escolar.

1.4.2 Objetivos Específicos

- Conceituar inclusão escolar;
- Identificar quais os principais conceitos, características e propostas relativas à inclusão escolar das pessoas com deficiências, em específico com TDAH;
- Destacar qual é a importância da gestão escolar na edificação desse processo de inclusão;
- Averiguar como está sendo realizado o processo de inclusão das pessoas com deficiências nas escolas da rede pública e particular na cidade de Anápolis;
- Identificar qual o papel da equipe gestora como promotora e articuladora de mudanças no processo educativo, para garantir que a escola seja inclusiva;
- Saber quais as ações realizadas pela equipe gestora para a edificação desse processo;
- Enfatizar qual a importância da gestão escolar nos dois perfis educacionais referente a atuação da gestão escolar, na busca de oferecer uma educação inclusiva.

1.5 REVISÃO DE LITERATURA

Esse estudo teve como propósito entender como escolas do contexto brasileiro têm atendido as propostas de uma escola de qualidade para todos, tendo como objetivo analisar como a construção dos currículos em escolas pode favorecer o ensino de qualidade, considerando o princípio da inclusão de pessoas. Como resultado, procurou definir princípios norteadores para a construção de propostas curriculares que favorecerão a inclusão das pessoas com deficiências no ensino regular.

Para isso, será fundamental a caracterização da inclusão escolar, seu conceito e caracterização, assim como também aspectos normatizadores referentes a esse processo

educacional no ensino regular e também ressaltando o papel da gestão escolar no processo de inclusão, tanto nas escolas públicas como nas particulares.

1.5.1 Educação Inclusiva

A escola é uma das principais agências para o processo de inclusão, onde deve oferecer aos alunos práticas inclusivas (GOFREDO, 1999). É na escola que se quebra as principais barreiras vivenciadas na sociedade, como, a exclusão.

Cidade e Freitas (2002) ressaltam que a Inclusão, como processo social amplo, vem acontecendo em todo o mundo, fato que vem se efetivando a partir da década de 50. Assim, pode se colocar que a inclusão consiste em um processo que valoriza a diversidade humana, não nega a diferença e considera os direitos iguais, visa, portanto, o desenvolvimento do processo educativo de qualidade para todos, de forma que as necessidades de todos possam ser satisfeitas dentro de um sistema de educação inclusiva, nesse sentido Fausto (2009) coloca que a exclusão torna as pessoas isoladas de forma parcial ou também de forma total do convívio em sociedade.

Nas escolas fica patente o grau de interesse e o empenho na implementação do processo de inclusão, embora todos tenham consciência de que ainda tem um longo caminho a percorrer (GRANEMANN, 2005).

Inclusão social é uma ação que combate a exclusão social. É a forma de trazer para a sociedade pessoas que foram excluídas e estavam privadas de seus direitos, como os portadores de deficiências. Quando fala-se inclusão social refere-se a incluir quem está a margem da sociedade em sintonia com o resgate da cidadania. Isto é, devem ocorrer políticas públicas abrangentes que enfoquem o bem estarem de todos os entes sociais e não direcionado a pessoas privilegiadas.

Assim, a escola tem hoje uma importante missão que é a de garantir o acesso a escolarização a todos os indivíduos, quando se fala em inclusão, requer reflexão com relação à aceitação das diferenças, devendo oferecer a capacidade de criar novas formas de ver o mundo. A inclusão não quer dizer que todos somos iguais, e sim, que juntos podemos dar apoio e suporte uns aos outros.

Floriano Pesaro (2010) com relação a oportunidades iguais na educação inclusiva explica que são desafios que vêm pautando os profissionais da educação e estão no centro das políticas públicas de governos comprometidos com a inclusão social.

Em todo o mundo o que se busca é refletir sobre as diversas possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento que uma educação inclusiva pode proporcionar, ou seja, é garantir educação básica, educação complementar com o pós-escola, formação cidadã e até o ensino profissionalizante, porém, na prática, estando longe de atingir esse objetivo, apesar dos inúmeros casos com êxito.

É imprescindível que as escolas considerem as diferenças entre alunos, contribuindo assim para a superação de preconceitos, para a valorização das diversidades e para a construção de uma sociedade mais equânime.

Esse novo modelo de escola deve respeitar valores e as diferenças e, mais que isso, a valorização da diversidade advinda das diferenças na sala de aula. Então, uma escola verdadeiramente inclusiva é aquela que acolhe todos os alunos sem preconceito e é convicta de seus compromissos como formadora e não apenas como instrutora, e principalmente que garanta qualidade, considerando-se o fundamento da proposta de inclusão que institui a inserção de todos, respeitando as diferenças e valorizando a diversidade (FIGUEIREDO, 2002).

Para isso é fundamental que os currículos escolares sejam revistos, com uma visão crítica dos parâmetros que o estão direcionando para ir fazendo, gradativamente, os ajustes e as reorientações necessárias (BRASIL, 2001).

O currículo deve servir como roteiro ao professor e deve ser flexível e modificado de acordo com a aprendizagem individual, estas avaliações podem ser processuais e direcionadas a um replanejamento do ensino (STAINBACK; STAINBACK, 1999).

O processo inclusivo é viável e importante, vem ocorrendo gradativamente e em longo prazo, e o propósito destes é ser implementado nas escolas em geral. Assim, pode se colocar que as práticas pedagógicas são facilitadoras do processo de inclusão, uma vez que os alunos com necessidades educacionais especiais, se bem atendidos em sala de aula, com recursos, materiais e metodologias mais adequadas as suas necessidades, terão melhores condições de aprendizagem e inclusão. Vale destacar que a participação dos pais também é considerada como importante para o sucesso do processo inclusivo.

A escola consciente de sua função, coloca-se à disposição do aluno, tornando-se um espaço inclusivo, não é simplesmente matricular e dizer que ele está incluído, é fazer com que ele se beneficie do currículo escolar, da convivência com os alunos ditos “normais”.

Tal processo é fundamental, visto que, como princípio fundamental, o Brasil estabelece que a educação é direito de todos, visando atingir o objetivo de uma educação para todos.

Esse novo cenário aponta para mudanças necessárias para o desenvolvimento da educação, propondo mudanças que especifiquem que cada criança tem o direito fundamental à educação, sendo portanto, objetivo maior, proporcionar à pessoa a oportunidade de conseguir e manter um nível aceitável de aprendizagem de acordo com suas características, interesses, necessidades e capacidades que lhe são próprias.

Glat (2007) ressalta que a educação inclusiva é atualmente a política educacional oficial do país, amparada pela legislação e convertida em diretrizes para Educação Básica e destaca que é preciso formar o cidadão também para o desenvolvimento lógico, para a competência linguística, que seja capaz de autonomia e que tenha capacidade para a iniciativa e para tomar decisões.

Domiciano et al. (2009) coloca que a educação inclusiva é uma proposta que visa a promoção de práticas pedagógicas que contemplem a individualidade dos alunos e sua maneira peculiar de lidar com o processo de aprendizagem.

Assim, a educação inclusiva tem como uma proposta de ensino democrático, onde todos possam ter acesso a um sistema educacional comum e também a outros que por qualquer motivo ou característica se sintam excluídos, é importante ressaltar que a inclusão é um processo pedagógico, ético e político.

A inclusão de pessoas no sistema de ensino requer novas compreensões e uma nova postura da sociedade no sentido de afirmar convivência no contexto da diversidade humana, conforme explica Domiciano et al. (2009) que a inclusão social e educacional são processos que se complementam.

Manzini (1997, p. 46) respalda que integrar, acima de tudo, significa oferecer oportunidades iguais, apesar das diferenças.

Entende-se assim que a Educação Inclusiva deve ter como meta primordial, o sucesso de todos os educandos do que se ensina através de uma estrutura curricular ampla e, sobretudo diversificada que deve ser elaborado a partir do aproveitamento ou utilização dos conhecimentos prévios do alunado.

O respeito à dignidade do ser humano deverá, portanto, impor-se como base de valor fundamental de todos os estudos e ações práticas direcionadas ao atendimento dos alunos que apresentam Necessidades Educacionais Especiais (NEE), sendo que, toda e qualquer pessoa é digna e merecedora do respeito de seus semelhantes, e tem o direito a boas condições de vida e oportunidade de realizar seus projetos, que se traduz no direito a igualdade e no respeito às diferenças (CHINALIA; ROSA, 2008)

Carneiro (2004) destaca que a escola inclusiva possibilita que todas as pessoas possam participar em igualdade de oportunidades da escola, porém para que isso aconteça é necessário também que a sociedade seja aberta a todos e seja inclusiva, oferecendo oportunidades iguais para que cada pessoa seja autônoma e reconheça todos os seres humanos como cidadãos livres e iguais.

Mrech (2005) ressalva que uma escola inclusiva é entendida como um processo social, onde todas as crianças portadoras de necessidades especiais e de distúrbios de aprendizagem tenham direito a escolarização o mais próximo do normal. A Inclusão consiste em um processo que valoriza a diversidade humana, não nega a diferença e considera os direitos iguais, visa, portanto, o desenvolvimento do processo educativo de qualidade para todos, de forma que as necessidades de todos possam ser satisfeitos dentro de um sistema de educação inclusiva.

A inclusão convida os professores a terem um olhar para cada aluno, para poderem conceder direitos iguais a todos, como destaca Stainback; Stainback (1999, p. 29):

Se realmente desejamos uma sociedade justa e igualitária, em que todas as pessoas tenham valores iguais, precisamos reavaliar a maneira como operamos em nossas escolas, para proporcionar aos alunos com deficiência as oportunidade e as habilidades para participar da nova sociedade que esta surgindo.

Desse modo, em uma abordagem de educação para a diversidade, a igualdade relaciona-se ao respeito pelas diferenças e pelas necessidades individuais ou seja, é precípua a valorização, o desenvolvimento das potencialidades de cada aluno, através dos percursos de aprendizagem, levando-se em consideração os ritmos e suas características próprias.

Cada vez mais se amplia a concepção de que as pessoas com deficiência intelectual têm potencialidades, condições de participarem de uma vida social e comunitária de qualidade. Entretanto, as respostas sociais a essa realidade ainda não alcançaram um nível satisfatório para facilitar a integração efetiva dessa clientela específica, mas esse processo está sendo alcançando, gradativamente.

As Legislações vigentes referentes à inclusão escolar estão cada vez mais intensas no sentido de lhe oportunizar direitos mais igualitários e o exercício pleno da cidadania, conforme pode-se observar o art. 5º da Constituição Federal do Brasil de 1988 que:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...].

A carta Magna brasileira deixa claro que não pode haver nenhuma distinção, com isso garante a necessidade da inclusão social, cultural e principalmente educacional de todos os cidadãos, oferecendo legalidade à inclusão e aponta para tal necessidade. Nessa mesma lei, no art. 205 também é colocado a educação como direito de todos, independente de qualquer característica (BRASIL, 1998).

A Constituição Federal dispõe em seu art. 205 que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família. Em essência, quem tem a obrigação formal de disponibilizar o ensino aos cidadãos é o Poder Público, por meio de seus entes federais, estaduais ou municipais. Cabe à família o dever de matricular a criança e o adolescente, incentivando o acesso diário à escola (BRASIL, 1998).

A proposta de inclusão dos educandos com necessidades educacionais especiais no sistema regular de ensino também impõe desafios no campo das políticas educacionais. Um desses desafios está na capacitação de profissionais da educação, com atuação tanto no âmbito do ensino especial como do regular. Ao segundo exige-se que se especialize para dar conta de uma população que possui características peculiares, enquanto que em ao primeiro, o professor da educação especial, espera-se que seja capaz de ampliar suas perspectivas, superando a dicotomia especialista x generalista.

Educar alunos portadores de necessidades especiais tem se constituído como um impasse e um desafio para o ensino nas escolas regulares. A principal queixa dos professores é que eles não estão preparados para atender esses alunos e se sentem muito sozinhos em sala de aula. Por isso, os trabalhos de apoio ao professor são muito importantes; ele é o especialista em ensinar, o que ele precisa, é de algum conhecimento específico sobre a inclusão, para poder adaptar estratégias de ensino. O profissional de educação precisa para se adequar a essas mudanças, estudar sempre, não ter medo de desafios, buscar apoios, parceiros, trabalhar em equipe. Segundo Satow (2000, p. 8):

É importante enfatizar esse ponto por que muitas vezes pessoas veem essas inclusões como piora, como mais uma dificuldade no caminho dos professores, como mais uma pressão. O salário é pouco, as condições de trabalho são ruins, o tempo é pouco e, agora, há mais essa exigência de incluir crianças com dificuldades, deficientes. É isso que afirmam muitas pessoas que têm coragem de dizer o que pensam, que não têm vergonha de falar do incômodo, por mais justo que possa ser, que é receber crianças que se diferenciam muito da “média da classe”. É importante assumirmos o preconceito, a nossa dificuldade, o nosso medo, a nossa impotência porque só assim vamos poder, pouco a pouco, assumir de fato, uma formação que promova a educação inclusiva.

No que diz respeito às adaptações estruturais curriculares, pedagógicas e avaliativas, devem ser adequados para melhor atender às pessoas portadoras de necessidades especiais

educacionais, a fim de permitir e proporcionar condições de vida que sejam condizentes com suas necessidades.

Vale exemplificar aqui o Art. 19 da Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) que destaca em relação às instituições de ensino, que podem ser classificadas administrativamente em escolas públicas e privadas (BRASIL, 1996).

Referente à escola pública o Governo é responsável pela fixação de cotas no orçamento geral, destinadas aos serviços educacionais, pois é ele que analisa as necessidades a serem atendidas de imediato e estabelece os atributos suficientes para satisfazê-las. Assim, em busca de melhor compreensão das formas de gestões educacionais demonstrará se abaixo definições e objetivos de cada uma.

1.5.2 Educação Particular

A educação particular propriamente dita está prevista no art. 209, verdadeiro alicerce legal para a atividade: “O ensino é livre à iniciativa privada, atendida as seguintes condições: I - cumprimento das normas gerais da educação nacional; II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público” (BRASIL, 1988).

O crescimento das escolas privadas foi mais intenso depois de golpe militar no ano de 1964, devido à ditadura militar, beneficiando assim a iniciativa privada no ensino. A Lei Constitucional, assim, dá permissão aos profissionais da educação para se estabelecerem comercialmente e prestarem serviços educacionais cobrando um pagamento, que popularmente é chamado de mensalidade.

Estas instituições privadas caracterizam-se por serem administradas e/ou mantidas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado. Ressalta-se, ainda que, pode haver a conciliação da gestão empresarial com o foco base: a educação.

O Art. 20 da referida Lei acrescenta que as instituições privadas de ensino se enquadrarão nas seguintes categorias: particulares, comunitárias, confessionais e filantrópicas (BRASIL, 1998).

Na Escola particular, por contar com um montante fixo mensal proveniente das mensalidades dos alunos, não há problemas em satisfazer as necessidades de seus educandos frente aos recursos disponíveis (OLIVEIRA, et al, 2005). Porém um dos grandes problemas dessa forma de ensino vem a ser a inadimplência, o que se não gerar renda, a escola não tem meios de sobressair perante o mercado e garantir assim a educação de qualidade para os

alunos. A falta de incentivo fiscal, não deixa de ser também, um obstáculo no processo de consolidação da qualidade do ensino oferecido.

1.5.3 Educação Pública

Um dos primeiros tópicos que devem ser levados em consideração em relação à escola pública demonstra-se a necessidade de esta impor sua própria função social, que colabore para uma sociedade mais democrática (PARO, 2001). Na busca de superar a opressão, apresentando como eixo norteador o ensino para todos, do qual a escola se organize para instruir e transmitir conhecimentos, visando ensino de qualidade.

Entende-se por educação de qualidade aquele se apropria do saber visando prática social, ou seja, formação de cidadãos, que tem como implicações mais do que uma educação escolar que tenha por finalidade a formação humana, como explica Libâneo (2003, p. 117, 118):

A educação de qualidade é aquela mediante a qual a escola promove, para todos o domínio dos conhecimentos e o desenvolvimento das capacidades cognitivas e afetivas indispensáveis ao atendimento de necessidades individuais e sociais dos alunos, bem como a inserção no mundo e a constituição da cidadania também como poder de participação tendo em vista a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Assim, a educação de ensino público tem como necessidade fundamental de estabelecer ensino de qualidade para todos, do qual este tem apresentando após os anos 90 um amplo processo de ajuste do sistema educativo, com propósito de adequar a educação escolar as novas demandas e exigências que a sociedade coloca. Na realidade a educação busca um novo paradigma que estabelece uma pedagogia de qualidade.

Vale ressaltar que uma das qualidades da escola pública vem a ser a busca atual no sentido de relações democráticas e participativas dentro das escolas, isso devido o fato de que os alunos atendidos pela escola pública, tem mudado através do decorrer da história da educação brasileira, onde indivíduos que antes se sentiam excluídos, hoje tem a possibilidade de ingressar no mundo escolar e de melhorar sua situação.

Já como uma das dificuldades que a escola pública apresenta, destaca-se a falta de recursos para o ensino, condições de funcionamento precários, com isso originando um decréscimo em relação a qualidade educacional, e também a necessidade de aprimoramento dos currículos, introduzindo temáticas em relação ao social, alicerçados nos princípios de cidadania e da democracia.

Saviani (2005) propõe que para que tenha consciência do grau de democratização, atingido no interior da escola deve ser buscar e observar de que forma essa contribui para a prática social.

Pode-se destacar então que o fracasso escolar precisa ser derrotado, pois a inadequada organização pedagógica didática e administrativa face às características sociais da maioria dos que frequentam a escola pública, tem levado à marginalização, e assim, ao fracasso escolar das crianças pobres.

Por não conseguirem avaliar com clareza os efeitos da estrutura social sobre o trabalho pedagógico, as escolas e professores podem tornar-se cúmplices da discriminação e segregação das crianças, que estão de modo social e economicamente desfavorecido. Para Libâneo (2003, p. 118):

A educação pública tem tríplice responsabilidade: ser agente de mudanças, capaz de gerar conhecimentos e desenvolver a ciência e a tecnologia ; trabalhar a tradição e os valores nacionais ante a pressão mundial de descaracterização da soberania das nações periféricas; preparar cidadãos capazes de entender o mundo, seu país, sua realidade e de transformá-lo positivamente.

A educação e as escolas apresentam grande importância na sociedade, pois oferecem formação e conhecimento a todos os indivíduos, como cita Cole e Wakai (2001, p. 61) coloca que “os sistemas educacionais abertos concedem grande importância às diferenças individuais e ao contexto social, cultural e geográfico no qual o programa é aplicado”.

Sem a pretensão de minimizar o papel do Estado nas relações existentes em nossa sociedade, cumpre alterar para sua responsabilidade no que tange ao ensino público. Ao Estado dá-se o papel de legislador e conduz o diretor a acreditar que deve ser esta sua única função, em detrimento da dimensão educacional. Restrito aos cumprimentos das leis, o diretor deixa de reivindicar da comunidade, quando colidentes com os interesses do Estado (TEIXEIRA; PORTO *apud* PINTO & FELDMAN, 1997).

A participação da comunidade na gestão da escola pública encontra grande número de obstáculos para concretizar-se, razão pela qual um dos requisitos básicos e preliminares para aquele, que se disponha a promovê-la é estar convencido da relevância e da necessidade dessa participação, de modo a não desistir diante das primeiras dificuldades.

Dados em pesquisas demonstram que a educação pública no Brasil é muito deficiente, onde apresenta fragilidades na preparação dos alunos, além de professores mal preparados e principalmente mal remunerados (PARO, 2001).

Libâneo (2003) aponta como responsabilidades caracterizadas no ensino público o de preparar os indivíduos para o processo produtivo, para a vida em sociedade, e também o de formação para a cidadania crítica e participativa apresentando assim uma formação ética.

Pode-se colocar então, que a educação pública é muito importante, sendo que esta oferece a possibilidade de obtenção de conhecimento para todos, independente de sua classe econômica, e assim através disto maior possibilidade ingressar no mundo de forma igual.

O foco central de qualquer proposta no âmbito da escola pública é a aptidão dessa relacionada com o índice de desenvolvimento. A escola é um convívio social e democrático que inclui a participação de alunos e seus familiares, professores, funcionários, entre outros participantes, envolvidos na comunidade.

Quando o estado, por meio de ações políticas limitam envolvimento participativo da comunidade no desenvolvimento das ações da escola, impede a credibilidade da escola, deixando a entender a participação como insignificante.

Atualmente, a escola discute acerca de sua função perante as modificações econômicas, sociais e culturais. Discutir sobre o Projeto Político Pedagógico da escola, levando em conta o que existe de fato na educação brasileira atualmente é suficiente para nos levar fazer a relação do caminho que tem tomado a gestão na escola.

A construção da escola cidadã tem como base este tripé – democratização, participação e descentralização – e é a partir dele, que ela vai chegar à outra condição fundamental: a autonomia para gerir seu próprio destino e definir seus próprios caminhos.

Para que este processo de construção da cidadania se materialize na prática cotidiana das escolas é necessário que ele parta da atuação e da vontade da comunidade, o que devolverá ao conceito de público, e no caso, de escola pública, seu sentido preciso: pertencente ao povo, de modo que a este compete o direito de participar da sua gestão.

Da mesma forma, deve-se buscar a recriação da relação dialógica mestre/discípulo, no lugar do autoritarismo presente na relação professor/aluno que coloca este numa posição de subalterno, de inferior. Bem ao contrário, o processo de construção da cidadania na escola tem que se centrar no aluno porque é ele o objeto básico da ação educativa.

No Brasil, a educação está convocada para expressar uma nova relação entre desenvolvimento e democracia, como um dos fatores que pode contribuir para associar o crescimento econômico, com a melhoria da qualidade de vida e promoção dos valores democráticos.

O que se espera da escola e não apenas dela, é que contribua para a qualificação da cidadania, que vai além da reivindicação de igualdade formal, para exercer de forma responsável a defesa de seus interesses.

A aquisição de conhecimentos, compreensão de ideias e de valores, formação de hábitos de convivência num mundo em constantes mudanças e cheio de diversidades são entendidos como condições para que essas formas de exercício da cidadania não produzam novas segmentações, mas contribuam para tornar a sociedade mais justa, solidária e integrada.

Para que as ações planejadas pela escola e a democratização do espaço escolar sejam estabelecidos, é fundamental a independência e a gestão democrática para que o desenvolvimento do plano da educação tenha resultados favoráveis.

É imprescindível à participação de todos, alicerçados em um projeto de vida no qual a participação não é exclusiva para quem compartilha do processo ensino-aprendizagem, mas para a comunidade em geral, tendo como objetivo levar a educação da qual a comunidade estará participando diretamente na construção de um projeto cuja finalidade é uma sociedade mais atualizada, resguardando os seus valores e cultura, passando a acompanhar o destino de uma nova escola.

É neste momento que a educação enfrenta sua grande contradição. As escolas públicas são uma instituição do Estado e sujeitas a duas forças conflitantes que influenciam seu controle, objetivo e funcionamento.

Ao mesmo tempo em que as escolas reproduzem as relações desiguais e hierárquicas do modo capitalista de produção, perpetuando as relações de dominação, elas são a principal força para a expansão das oportunidades econômicas para os grupos subalternos e para a ampliação dos direitos democráticos.

É possível colocar que atualmente muitas coisas têm mudado na educação, onde, observa-se realmente a inserção de maior número de alunos, portadores de necessidades especiais, porém, os recursos tanto materiais como humanos necessários para essa prática pedagógica, não é ainda realidade de todas as escolas públicas, principalmente no condizente material.

Os educadores muitas vezes, requerem que desempenhem verdadeiros milagres, para buscar assim, desempenhar sua função da melhor forma possível. Principalmente em escolas menores, é ainda possível observar a precariedade de tais elementos, que seriam fundamentais para que a educação inclusiva realmente aconteça.

1.5.4 Gestão Escolar para uma Educação Inclusiva

As escolas vêm ser um tipo de organização educativa que têm tarefas sociais e éticas, de caráter democrático e para atingir esse objetivo precisam dispor de meios operacionais, criar e desenvolver uma estrutura organizacional participativa que contribua ao processo formativo e para o aperfeiçoamento da gestão (LIBÂNEO, 2003).

Gestão vem a ser os processos internacionais e sistemática de se chegar a uma decisão e de fazer a decisão funcionar, onde são mobilizados meios e procedimentos para atingir os objetivos da organização, os aspectos gerenciais e técnico-administrativos (LIBÂNEO, 2003).

Dessa forma, pode-se compreender que a Gestão caracteriza-se pelo reconhecimento da importância da participação consciente e esclarecida das pessoas nas decisões sobre a orientação e manejo de seu trabalho. Está associada ao fortalecimento da ideia de democratização do processo pedagógico, entendida como participação de todos nas decisões e em sua efetivação (MARTINS, 1999, p. 165, 166).

Valerien (2002), explica que o papel da gestão é importante para traduzir em fatos concretos no dia-a-dia da escola, onde este processo é voltado para se obter melhor funcionamento da escola, visando atingir a qualidade educacional, com autonomia. A gestão também significa dar ao diretor da escola o processo de organização e funcionamento da escola, comprometida com a formação do cidadão.

Dentre as teorias em relação à gestão escolar temos a democrático – auto gestor e democrático participativo. Na primeira enfatizam-se as decisões coletivas em assembleias e reuniões, eliminando todas as formas de autoridade e poder. Na segunda acentua a participação de todos nas definições de objetivos comuns, onde após isso, cada um assume seu papel na organização e busca de objetivos estabelecidos.

Por meio da gestão das escolas, é possível cumprir um papel duplo no contexto frente aos desafios, que são: formação do sujeito social e o da conquista do sujeito social e o da conquista da cidadania para as diferenças sociais.

Cada estabelecimento escolar é composto de autonomia individual, seja ela pública ou particular cada ponto, como alunos, corpo docente, atividades, horários e programas, todos eles combinados caracterizarão certa fisionomia própria e atmosfera peculiar (LOURENÇO FILHO, 1976).

Libâneo (2003) coloca a gestão democrática como uma prática coletiva que implica na participação e objetivos comuns, por outro, depende também de capacidades e responsabilidades individuais, através de ação coordenada e controlada, ou seja, a gestão

democrática favorece a educação como formação de cidadãos, escolas abertas, sendo possível a participação de todos os envolvidos da comunidade escolar, e também sendo de total relevância a participação da sociedade.

A gestão participativa é normalmente entendida como uma forma regular e significativa de envolvimento dos funcionários de uma organização no seu processo decisório, que envolve além dos professores e outros funcionários, os pais, os alunos e qualquer outro representante da comunidade que esteja interessado na escola e na melhoria do processo pedagógico, como estabelece Luck et al (2003).

A gestão centralizada é de modo ideário neoliberal, coloca a escola como centro das políticas, liberando boa parte das responsabilidades do Estado, deixando às comunidades e às escolas e iniciativa de planejar, organizar e avaliar os serviços educacionais. Numa visão sócio crítica, significa valorizar as ações concretas dos profissionais da escola, decorrentes de sua iniciativa e de seu interesses (LIBÂNEO, 2003).

Na realidade, a escola precisa resgatar sua função social que é a de contribuir para a transformação da sociedade, utilizando práticas educativas que auxiliem na construção de sujeitos autônomos e conscientes e, também, privilegiando conteúdos que promovam o desenvolvimento de uma consciência crítica da realidade.

Entende-se que a escola deve preocupar-se com a maneira de ‘administrar’ e "articular" todos os agentes escolares e recursos em função de objetivos comuns. O envolvimento do ideário de todos, através da troca de experiências, de análise das ações e de reflexões são imprescindíveis para uma boa administração (LIBÂNEO, 2003).

Tendo em vista o alcance dos objetivos da escola, o papel da direção seria o de agilizar as tomadas de decisões e coordenar os trabalhos que são desenvolvidos pela escola. O diretor, nesse sentido, não deve vincular-se apenas as questões administrativas, as também aos aspectos pedagógicos, financeiros e culturais de forma interligada.

Sendo assim, “os gestores devem conscientizar-se de que seu papel na escola de hoje é muito mais de um líder que de um burocrata. Espera-se dele que assuma a direção como um membro ativo da comunidade escolar”. (SANTOS, 2002).

É dessa forma que a escola deve ser administrada, uma vez que a mesma tem que acompanhar a evolução da sociedade global, pois, “as escolas atuais necessitam de líderes capazes de trabalhar e facilitar a resolução de problemas em grupo, capazes de trabalhar junto com professores e colegas, ajudando-os a identificar suas necessidades de capacitação e a adquirir as habilidades necessárias” (LÜCK et al., 2003).

Deve se adotar uma organização curricular em que as vivências das experiências e das interações sociais entre os alunos sejam mais relevantes do que a aprendizagem dos conhecimentos formais.

Os objetivos da escola precisam estar relacionados à necessidade social de escolarização sistematizada, isto é, da aprendizagem de conhecimentos, habilidades, valores. Esse processo se caracteriza quando a organização envolve em seus projetos, aspectos internos e externos, ou seja, uma relação intraescolar e extra escolar.

As práticas educativas de organização e de gestão constituem-se em práticas educativas e trazem consigo dimensão educativa. A escola tem função social, a fim de formar os indivíduos para uma vida digna e para a compreensão e transformação da realidade.

Muitos desafios precisam ser enfrentados, a escola deve pensar numa forma de oportunizar a participação da comunidade educativa. A gestão democrática vem ser uma forma de novas possibilidades para a participação da comunidade nos contextos escolares.

Essa gestão é caracterizada pelo planejamento na tomada de decisões, na definição do uso de recursos e necessidades de investimento, na execução coletiva, tanto nos momentos avaliativos como na política educacional.

A gestão democrática possibilita, assim que a escola venha a ser uma instituição que facilita em níveis acessíveis a participação do aluno, e almeja que os educandos adquiram a autonomia e a responsabilidade em sua participação na comunidade.

1.5.5 Transtorno de *Déficit* de Atenção e Hiperatividade -TDAH

A literatura oferece uma grande variedade de definições que tentam captar a essência do transtorno do *Déficit* de atenção e hiperatividade. Embora haja alguns pontos em comum nas definições, todas elas enfatizam diferentes aspectos, adotando uma concepção sobre o quadro que determina diferentes formas de avaliação, intervenção e tratamento.

Atualmente, o nome TDAH foi adotado tendo como referência os sintomas do quadro, e à sua possível origem. Tanto o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-IV) como a classificação Internacional de Doenças, em sua décima edição (CID 10) se apropria desse nome:

Desordem do *Déficit* de atenção e hiperatividade predominantemente atencional: Quando os sintomas (desatenção, hiperatividade, impulsividade) pendem para a desatenção.

Desordem do *Déficit* de atenção e hiperatividade com predomínio de hiperatividade e impulsividade: Quando os sintomas (desatenção, hiperatividade, impulsividade) pendem para a hiperatividade-impulsividade.

Desordem do *Déficit* de atenção e hiperatividade combinados: Quando os sintomas desatenção, hiperatividade, impulsividade manifestam-se sem o predomínio de um sobre o outro. (ANDRADE, 2003, p. 112.)

Como se observa, a característica principal do TDAH consiste num padrão persistente de desatenção, hiperatividade e impulsividade. Determinados sintomas da síndrome que causam comprometimento podem estar presentes antes dos sete anos, porém grande parte dos portadores tem seus sintomas diagnosticados durante a idade escolar.

Segundo Andrade (2003), a hiperatividade só fica evidente no período escolar, quando é preciso aumentar o nível de concentração para aprender. "O diagnóstico clínico deve ser feito com base no histórico da criança". Por isso, a observação de pais e professores é fundamental.

Se o convívio social é importante para o desenvolvimento da criança, para quem tem TDAH não é diferente. Ao professor cabe observar sinais como agitação e dificuldade de assimilação. (MANTOAN, 2009)

Antes de apelar para conclusões precipitadas é preciso que se leve em conta que crianças hiperativas não podem ser julgadas como rebeldes. Por sofrerem de uma doença que provoca dificuldades de concentração, não se dão conta das ordens que recebem.

Não cabe ao professor ou à escola fazer o diagnóstico, mas é possível observar o aluno e conversar com os pais para que um especialista seja procurado.

Em relação ao trabalho desenvolvido pelo professor Rizzo (1995), resultados apontam que é preciso proporcionar atividades variadas que ocupem a criança o maior período de tempo possível, dando a ela liberdade de escolha e de movimento. Somente o trabalho livre e diversificado pode favorecer esse tipo de criança que também se mostra satisfeita na incumbência de realizar tarefas auxiliando o professor.

A dificuldade para a aprendizagem satisfatória é evidente, já que o comportamento hiperativo acarreta a dispersão e a desatenção. A criança pode apresentar o problema multiplicado, pois vem caminhando com os transtornos comportamentais e as dificuldades para o aprendizado.

O grande problema das crianças que possuem o TDAH é se concentrar em sala de aula. O ficar parado para elas é praticamente impossível, exigindo-lhe grande esforço. Mantoan (2009), afirma que a estrutura de nossas escolas, estas não estão preparadas para atender devidamente estas crianças. Vive-se uma realidade em sala de aula, totalmente desfavorecida para quem tem TDAH.

Há uma prevalência de professores que não são capacitados e alguns, muitas vezes não sabem que a doença existe. Considerando que dentro da própria sala de aula pode haver também outros alunos com problemas semelhantes, como Dislexos, Bipolares e outros.

Não é fácil, depois de toda uma experiência escolar, em que a exclusão é uma das situações mais comumente vividas, fazer essa passagem necessária que nos leva a conceber uma escola de todos, para todos e com todos os alunos. Infelizmente as escolas não dão bem com as diferenças. (MANTOAN, 2003)

No emaranhado de questões problemáticas que envolvem o convívio, a inclusão e a permanência do aluno hiperativo, o professor precisa ser um incentivador, ser paciente, passar para os pais o que está ocorrendo dentro de sala de aula, até mesmo e psicológica possa intervir para ajudar esse aluno a superar suas dificuldades.

1.6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa qualitativa tem como finalidade analisar de que forma o sistema de gestão de escolas públicas e particulares de Anápolis tem se estruturado a fim de realizar a inclusão escolar, de forma geral e, em específico, dos alunos com TDHA. Essa pesquisa procura explicar um fato, utilizando conhecimento teórico e prático referente a inclusão escolar.

A pesquisa qualitativa é aquela que não procura quantificar, mas sim explicar as relações sociais consideradas essenciais e os resultados da atividade humana criadora, afetiva e racional que pode ser apreendida através da convivência do cotidiano e da explicação de um ponto em comum. Fornece assim ao pesquisador uma estrutura organizada tornando a coleta e a interpretação dos dados mais precisa (MINAYO, 2004).

Inicialmente foi realizada a leitura de artigos e livros que abordaram conteúdos sobre a temática em foco, buscando realizar um ‘paralelo’ entre o caráter público e privado na rede de ensino. Realizou-se também fichamentos das leituras, buscando extrair somente os objetivos da presente pesquisa.

O próximo passo consistiu-se na elaboração do questionário e aplicação do mesmo, através de visitas as instituições escolares, analisados os dados através do questionário e observação, e com isso confeccionar a redação do relatório final.

Quanto aos objetivos visam descrever o ambiente educacional referente ao processo de inclusão. Conforme explica esse método Gil (2002, p. 42) de que:

As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática.

Quanto aos procedimentos serão de caráter bibliográfico e de campo. Segundo Gil (2002, p. 44):

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas.

Segundo o mesmo autor:

Basicamente, a pesquisa é desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo. Esses procedimentos são geralmente conjugados com muitos outros, tais como a análise de documentos, filmagem e fotografias. No estudo de campo, o pesquisador realiza a maior parte do trabalho pessoalmente, pois é enfatizada a importância de o pesquisador ter tido ele mesmo uma experiência direta com a situação de estudo (p. 53).

A pesquisa bibliográfica funciona como auxílio de base de dados, para melhor adaptação do tema à gestão escolar, em duas instituições de ensino - pública e particular, possibilitando obter uma visão macro do processo possibilitando analisar os recursos e fontes de informações disponíveis, podendo assim identificar em primeiro momento os documentos necessários como livros, artigos científicos e até mesmo dados da educação inclusiva atual.

A pesquisa foi realizada em duas instituições de ensino - pública e privada. Os sujeitos da pesquisa foram os gestores de instituições escolares, onde foram esclarecidos sobre o Termo de Consentimento Livre Esclarecido, explicando-os da não obrigatoriedade de se responder ao questionário, sendo que este só poderia ser realizado por opção do sujeito.

Os dados foram coletados por meio de entrevista com as gestoras dessas duas escolas. Após a aplicação dos questionários será realizada a análise descritiva dos dados sendo assim possível confeccionar a discussão acerca dos dados obtidos.

1.6.1 Análise dos Dados e Discussão dos Resultados

Para a realização do presente trabalho foi analisado o ponto de vista de professores, coordenadores e diretores das duas escolas – uma pública e a outra particular, uma vez que

estes são os principais envolvidos nas decisões que envolvem alunos com necessidades educacionais especiais.

Nas escolas observou-se entendimento no que concerne a definição da inclusão escolar, conforme questão 1 descrito abaixo:

“De acordo com a nossa experiência profissional e de acordo com todos nossos estudos concluímos que inclusão escolar é receber todas as crianças independente de sua posição social, raça, cor, tipo de deficiência ou transtorno, no ambiente escolar sem distinção. Tratando-as da mesma forma e garantindo os mesmos direitos a todas”. (Escola Particular)

“É incluir o deficiente no meio familiar, escolar e social, favorecendo sua autonomia e interação social, entre outros”. (Escola Pública)

A questão 2 questionou o que mais intriga ao pensar sobre a inclusão escolar. Para a representante da instituição de ensino particular, o que mais causa inquietação em relação à inclusão escolar, deixando profissionais da educação intrigados é a forma correta de trabalhar tanta diversidade sem ferir direitos, garantindo qualidade de ensino, o que obriga-os também a ficar preocupados com a formação de pessoal para desempenhar o papel de mediador.

Segundo a representante da escola pública, o que mais intriga é que a própria exclusão ou não aceitação, que na maioria das vezes começa na família.

Na formação acadêmica, referente a oportunidade de aprender sobre educação inclusiva, conforme questionado na questão 3, as escolas colocaram da seguinte forma:

“Na faculdade fala-se sobre inclusão sim, mas de forma sutil e bem rápida. Na pós graduação o assunto foi tratado com mais ênfase, mas ainda falta o contato direto com profissionais que estão preparados para dar uma orientação mais profunda acerca do assunto, uma vez que o mesmo é bastante complexo e pela quantidade de tipos de diferenças a serem discutidas no seu papel dentro do ambiente escolar”. (Escola Particular)

“Sim. Houve uma matéria específica”. (Escola Pública)

No que tange ao tipo de gestão adotada pela escola, a escola particular representa uma gestão democrática que se preocupa com o ser humano, buscando formar crianças para que possam fazer a diferença como cidadãos conscientes, responsáveis, participativos e preocupados com o bem estar do outro, conforme foi questionado na questão 4.

A gestora da escola pública descreveu que a gestão é socializada voltada para a aprendizagem, a rotina diária e a socialização.

Referente se a escola pode recusar um aluno que apresente necessidades especiais conforme questão 5 colocaram que não nas duas escolas, onde ainda apontam que a criança que apresenta qualquer tipo de necessidade especial tem os mesmos direitos de qualquer outra criança de frequentar a escola regular, conforme amparo legal, ressaltando a Resolução 052, do Conselho Municipal (CME) de Educação de Anápolis, de 24 de junho de 2013.

Essa Resolução estabelece as normas e parâmetros no que se refere à educação inclusiva e especial no sistema municipal de ensino da cidade de Anápolis e de demais providências.

Apontaram igualmente o que seria o TDAH que caracterizam como Transtorno *Déficit* de Atenção e Hiperatividade, conforme questionado na questão 6. As escolas nos dois perfis atendem alunos com tal patologia e que, conseqüentemente, necessitam de atendimento educacional especializado.

Essa sessão da pesquisa tem como objetivo discutir e interpretar os dados obtidos através das respostas das entrevistas, que visa investigar se os professores de apoio que acompanham os alunos da rede regular de ensino com diagnóstico de TDAH possuem um mínimo de conhecimento sobre o transtorno que os possibilitem a trabalhar com estes alunos e, conforme questão 7.

No ano de 2001 foram instituídas as "Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica", que, juntamente com as "Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Docentes da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, em nível médio, na modalidade Normal", as "Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura de graduação plena" e as "Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura", orientaram as instituições formadoras dos professores em torno de uma preocupação de que essas prevejam e contemplem em sua organização curricular conteúdos sobre as especificidades dos alunos com deficiência (ARAÚJO, et al., 2010, p.407).

Com relação se a escola está habilitada para trabalhar com crianças portadoras de TDAH, ambas colocaram que não, sendo que os docentes da equipe escolar tem muita dificuldade. Falta orientação e profissionais habilitados, respondendo assim a questão 8.

Referente às habilidades que um professor de apoio deveria ter para trabalhar com essas crianças, é necessário que haja uma capacitação maior por parte dos educadores, além de conhecimento mais aprofundado referente ao Transtorno *Déficit* de Atenção e Hiperatividade e com isso apresentar qualificação visando adaptação de conteúdos e metodologias para atingir esses alunos, conforme questionado pela questão 9.

A despeito da falta de preparação teórico-prática dos professores para atuarem na educação inclusiva. Duk (2006) afirma que:

A maioria dos docentes formou-se e continua sendo formada com base em uma perspectiva tradicional homogeneizadora da ação docente que se centra na transmissão de conhecimentos teóricos e fragmentados entre si, os quais tendem a não apresentar relevância social tanto para a escola como para o estudante (2006, p. 22)

No que tange as dificuldades encontradas ao se trabalhar com uma criança portadora de TDAH, conforme foi questionado na questão 10, apontam a falta de preparo dos

professores e a integralização destas crianças no meio convencional, devido a forma diferenciada de abordagem dos conteúdos sem deixar a qualidade desse aprendizado a desejar e a imprecisão dos diagnósticos colocada pela escola pública.

Pesquisas realizadas vêm mostrando que os professores, embora sensibilizados com os alunos ‘especiais’ se sentem pouco capacitados para atendê-los porque a formação que receberam, habilitaram-nos a trabalhar sob a hegemonia da normalidade e não foram qualificados para o trabalho com diferenças individuais significativas. (CARVALHO, 2003)

Do ponto de vista metodológico, todos os professores trabalham com os materiais pedagógicos disponíveis na própria escola, revelando a impessoalidade do trabalho como professoras de apoio da inclusão, que esperam do professor regente a elaboração de atividades pedagógicas diferenciadas, esquivando-se de participar diretamente do processo, respondendo assim ao questionamento da questão 11.

Referente aos recursos materiais disponíveis para viabilizar o processo de ensino-aprendizagem dessa criança, a escola particular ainda não conta com recursos satisfatórios, apontando uma das causas como a inadimplência e a falta de incentivo fiscal. Já a escola pública também aponta a falta de materiais concretos, jogos educativos, porém, há falta de recursos disponibilizados pelo Estado.

As escolas nos dois perfis apresentam trabalhos interdisciplinares voltados para seu aluno com TDAH, sendo cada um a seu modo e de acordo com os recursos que a escola dispõe. As escolas lidam com esse aluno diagnosticado com TDAH com acompanhamento psicopedagógico e reforço escolar, conforme resposta dada a questão 12 do questionário em anexo.

Atender as diferentes necessidades educacionais, aos interesses e estilos de aprendizagem de cada aluno (a), exigem necessariamente a utilização de ampla gama de estratégias de ensino e aprendizagem, tais pontos foram elencados pelos respondentes da presente pesquisa, referente ao questionamento da questão 13.

O professor deve ter consciência de que o ensino tradicional deverá ser substituído por uma prática pedagógica que atenda à diversidade, não se restringindo a homogeneidade, assegurando dessa forma que todos os alunos obtenham êxito em sua aprendizagem (MANTOAN, 2009).

As famílias normalmente participam ativamente do processo educacional da criança com este transtorno, porém, na escola pública ressalta que cada caso é um caso. Depende muito da criança e do contexto familiar, conforme questão 14.

A família significa para a criança um suporte importante, onde se procura amenizar os efeitos que as dificuldades na área escolar possam ter na sua progressão afetiva e no seu desenvolvimento psicossocial.

As principais barreiras que existem na escola para a participação dos alunos com necessidades educacionais especiais nas atividades propostas pelos professores conforme questão 15 são, segundo as participantes:

“A inquietude e a falta de concentração de crianças com necessidades especiais comprometem bastante o desenvolvimento das atividades propostas em sala de aula. A aceitação pelo grupo, a adaptação social, a necessidade de cuidados especiais que exigem muitas vezes a presença de outra pessoa para cuidar”. (Escola Particular)

“Os alunos precisam que os conteúdos sejam adaptados para eles, e os professores tem dificuldades em fazê-los”. (Escola Pública)

No que tange ao aspecto relativo à existência ou não de algum incentivo por parte do governo para trabalhar com esse perfil de alunado conforme questão 16 afirmaram:

“Nenhum tipo, como disse anteriormente, a escola particular é vista pelo governo como uma empresa comercial prestadora de serviços apenas. Se existe algum programa destinado à escola particular, não é divulgado.”(Escola Particular)

“Não. Há o envio das salas multifuncionais, mas é demorado e não há um trabalho direcionado para este fim.” (Escola Pública)

Ao analisar os dados obtidos, observou-se que as instituições escolares adotam uma proposta educacional inclusiva, recebendo os alunos não só da inclusão, mas também da diversidade de uma forma acolhedora, porém, a conduta e as práticas escolares dos professores regentes diante dos alunos com TDAH dificultam o acesso ao currículo dos mesmos, acarretando prejuízos em seu desenvolvimento integral.

Conclui-se, por meio da presente pesquisa que os Professores de Apoio das escolas participantes demonstram um conhecimento inconsistente sobre os desdobramentos da doença em relação a seu conceito, diagnóstico, tratamento e acompanhamento na prática pedagógica, no sentido de envolver efetivamente seus alunos. Assim, o estudo demonstrou a superficialidade do processo educativo na realidade escolar tanto na escola pública como na escola particular.

Tudo isso requer novos estudos e se faz necessário que profissionais da educação realizem mais trabalhos científicos tendo como eixo norteador às implicações atreladas a qualificação do docente que acompanha alunos com TDAH, ou qualquer outra necessidade educacional especial, sendo necessária a realização de ações interventivas nas instituições pesquisadas, com intuito de contribuir ainda mais para a concretização e/ou ampliação desse processo.

2 - O PROCESSO DE INTERVENÇÃO

2.1 TEMA E JUSTIFICATIVA

A escolha do tema “Professor de apoio auxiliar visando melhoria aos alunos com TDAH” surgiu após a aplicação do questionário com os professores a respeito da questão da inclusão e da deficiência em termos de atendimento especializado aos alunos.

Há um bom tempo na comunidade educacional, discute-se sobre as possibilidades de um projeto que vislumbre à inclusão social, ou seja, educação para todos.

O objetivo principal a ser alcançado seria obter a inclusão de todo e qualquer perfil de aluno, permitindo assim a interação dos alunos típicos com os alunos que possuem necessidades educacionais especiais.

O grande problema das crianças que possuem o TDAH é se concentrar em sala de aula. O ‘ficar parado’ para elas é praticamente impossível, exigindo-lhe grande esforço. Mantoan (2009), afirma que a estrutura de nossas escolas, estas não estão preparadas para atender devidamente estas crianças.

Vive-se uma realidade em sala de aula, totalmente desfavorecida para quem tem TDAH. Há uma prevalência de professores que não são capacitados e alguns, tão pouco sabem da existência de tal problema. Considerando que dentro da própria sala de aula pode haver também outros alunos com problemas semelhantes, como Autistas, Dislexos, Bipolares e outros.

As escolas públicas e também particulares enfrentam vários problemas e um deles é a falta de suporte psicopedagógico que auxiliem no tratamento das dificuldades de aprendizagem.

As escolas citadas nesse trabalho enfrentam esse problema. Muitas crianças necessitam de um suporte psicopedagógico, pois os que apresentam dificuldades de aprendizagem ou não possuem vínculo com a mesma, são encaminhados ao Centro Municipal de Apoio ao Deficiente (CEMAD), porém, apenas algumas crianças procuram esse órgão.

Percebe-se, pois, que a maioria dos casos apontados pela escola não procuram “tratamento” por falta de tempo ou até mesmo por medo ou insegurança. Assim,

O Ministério da Educação adquire as salas de recursos multifuncionais por meio de processo licitatório realizado pelo FNDE e, após a certificação de recebimento, montagem de móveis, instalação dos equipamentos nas escolas e a finalização dos contratos, inicia o processo de doação. A doação dos itens se configura em entrega de bens do patrimônio público para guarda e cuidados dos beneficiários. O Contrato de

Doação dos bens das salas de recursos multifuncionais é formalizado pelo Ministério da Educação por meio da Secretaria de Educação Especial/SEESP, que encaminha em três vias para assinatura do titular da Secretaria de Educação, estipulando prazo de 30 dias para seu retorno. Essa devolução deverá ser endereçada ao: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial – SEESP Esplanada dos Ministérios – Bloco L, Edifício Sede, 6º andar/ Sala 600; Brasília – DF - CEP 70047-900 (BRASIL, 1994, p. 14)

Desse modo, levando em consideração a dificuldade de aquisição das mesmas, será realizado um trabalho voluntário, buscando uma estrutura melhor visando atender esses alunos, como se fosse um reforço escolar, visando analisar somente sua integração com o ambiente escolar e busca de sua aprendizagem, buscando demonstrar que esse trabalho apresenta como diferencial, demonstrar aos órgãos competentes a importância desse processo, em todos os perfis de escolas.

A partir disso observa-se a necessidade da escola possuir um Psicopedagogo Institucional para orientar pais, alunos e educadores da importância na busca de soluções que visem melhorar o ensino-aprendizagem. Vale reiterar que, somente uma sala e um psicopedagogo não resolveriam todos os problemas, porém, colaborariam e muito no cotidiano escolar.

2.2 ÁREAS DO CONHECIMENTO

- Ética e Moral – Inclusão Escolar.
- Língua Portuguesa – Leitura e Interpretação,
- História – História de vida da família,
- Artes – Desenhos e jogos educativos,
- Educação Religiosa – regras de convivência,
- Educação Física – Psicomotricidade.

2.3 PÚBLICO ALVO

Equipe gestora, professores e alunos de escola pública e particular na cidade de Anápolis-GO.

2.4 OBJETIVOS

2.4.1 Geral

Elevar as expectativas da equipe gestora e de professores perante os alunos portadores de necessidades especiais no contexto escolar.

2.4.2 Específicos

- ressaltar a importância da gestão escolar na efetivação de atendimento educacional especializado no cotidiano das escolas
- analisar as questões ligadas ao atendimento educacional especializado em alunos com necessidades especiais
- descrever ações educativas que podem ser direcionadas ac

2.5 REVISÃO DE LITERATURA

É unânime o pensamento atual de que crianças e jovens com necessidades educacionais especiais devem ser incluídos, o que leva à construção de uma nova concepção, que faz surgir uma preocupação com uma educação que atenda a todos sem distinção, demandando reestruturações físicas, materiais e metodológicas no âmbito das escolas e o desenho de um novo perfil de professor. (MANTOAN, 2003)

Urge, dessa forma, uma nova proposta pedagógica com novos olhares sobre o ensinar e o aprender. O Parecer CNE no 01/99 (BRASIL, 1999) que, embora não se refira especificamente à situação da educação inclusiva, foca exatamente o que se vivencia nessa condição educacional, como se pode observar no texto a seguir:

[...] com o avanço do processo democrático, as demandas da população, no campo educacional, têm um objetivo claro; traduzem anseios por melhoria da qualidade de vida e exercício da cidadania plena, no âmbito da criação ininterrupta de novos direitos e subversão contínua do estabelecido. Nesse aspecto, verifica-se que o reconhecimento da importância do papel do professor nas mudanças educacionais pretendidas tem estimulado a formulação de proposições inovadoras para os sistemas de formação de docentes, com visibilidade na legislação educacional e nos meios de comunicação (BRASIL, 1999, p. 1).

Constata-se, porém que as mudanças devem partir principalmente da ação do professor que, não estando mais diante de turmas homogêneas, como no passado, não mais poderá seguir um único modelo, ou um modelo pré-estabelecido de ensino, mas construir, diante dos

novos alunos, uma nova prática pedagógica que atenda suas individualidades. (MANTOAN, 2009)

A esse respeito, Magalhães (2006) enfatiza que a concepção de prática pedagógica diferenciada e inclusiva está ancorada na tese de que a heterogeneidade dos alunos deve ser respeitada e, portanto, o aluno com deficiência tem direito e necessidade de participar e de ser considerado membro ativo no interior da comunidade escolar.

A respeito disso, reafirma-se que a educação inclusiva requer modificações em vários aspectos e, segundo Michels (2006), alguns pontos passam a fazer parte desse novo modelo, destacando-se entre eles, as questões da política de inclusão, a flexibilização curricular, a preparação da 'escola comum' para receber os alunos considerados deficientes, utilizando técnicas e recursos apropriados, e o professor que deve ser formado nesse processo de inclusão.

O papel do professor capaz de responder aos novos desafios educacionais, no campo da educação inclusiva, demanda mudança de postura, necessidade de uma aceitação incondicional do sujeito especial, uma reflexão sobre uma nova maneira de se relacionar, ensinar e de como avaliar. (MANTOAN, 2009)

Nessa perspectiva, a formação docente se torna fundamental, pois “os professores do ensino comum precisam receber, na sua formação, alguns conhecimentos básicos sobre alunos com necessidades especiais e recursos especiais, bem como alguma experiência pedagógica com tais alunos”. (OMOTE, 2003, p. 50)

O professor deverá trabalhar em parceria com um professor especializado e, a respeito da contribuição que o professor especializado pode oferecer ao professor da escola comum, no que se refere ao atendimento aos alunos especiais, a Declaração de Salamanca de 1994 assim explicita:

[...] Investimentos em escolas especiais existentes deveriam ser canalizados a este novo e amplificado papel de prover apoio profissional às escolas regulares no sentido de atender às necessidades educacionais especiais. Uma importante contribuição às escolas regulares que os profissionais das escolas especiais pode fazer refere-se à provisão de métodos e conteúdos curriculares às necessidades individuais dos alunos (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 1).

Na ótica desse artigo, a ênfase dada à preparação do professor para a educação inclusiva não se constitui como mais uma forma de discriminação ou como simples diferenciação entre os outros profissionais da educação. Conforme afirmam alguns autores, trata-se de uma maneira de garantir o direito a uma educação de qualidade para todos os educandos com necessidades especiais.

Em síntese, pode-se afirmar que, embora vários documentos normativos que versem sobre a Educação Especial enfatizem a necessidade de capacitação dos docentes para a educação inclusiva, mais uma vez, no cenário educacional brasileiro, o discurso se distancia da prática.

2.6 ETAPAS E PROCEDIMENTOS

2.6.1 Estratégias de Ação

- Apresentação do projeto junto à gestão das escolas.

Na sala de recursos multifuncionais, o aluno com TDAH poderá ser avaliado em função dos aspectos motores, do desenvolvimento da expressão oral e escrita, do raciocínio lógico matemático, do funcionamento cognitivo, da afetividade (comportamento e interação) e da relação que o aluno estabelece com o saber. Essa avaliação deve ser realizada preferencialmente através de situações lúdicas, as quais devem permitir a livre expressão do aluno (SANTOS 2010).

Na avaliação da aquisição da língua escrita, diferentes atividades podem ser utilizadas com o objetivo de informar ao professor o conceito que o aluno tem sobre a escrita. Para exemplificar esse procedimento de avaliação, três exemplos serão apresentados: a atividade de avaliação do nome próprio, a produção espontânea e a leitura do texto memorizado.

O Professor do AEE deve levar em consideração essas características no momento de intervir junto ao aluno que apresenta deficiência intelectual. Porém, o professor deverá, sobretudo, mostrar-se plenamente consciente que é muito mais nos gestos e nas atitudes que nas palavras que o aluno que apresenta deficiência intelectual expressa seus sentimentos (SANTOS 2010).

Outro aspecto importante a ser avaliado na sala de recurso multifuncional é a relação que o aluno estabelece com o saber. Se ele mantém uma relação positiva ou se, ao contrário, o aluno não manifesta nenhuma motivação pelos conteúdos escolares.

O professor avalia esta dimensão a partir da proposição de atividades pedagógicas (tais como aquelas acima citadas) nas quais ele observa o modo como o aluno as realiza. Ele poderá, também, considerar esse aspecto a partir das informações oferecidas pelo professor do ensino comum.

- Apresentação do projeto à gestão da escola.
- Desenvolvimento de algumas atividades de simulação que poderiam ocorrer no cotidiano da sala de aula.
- Analisar a gestão escolar e apresentar propostas de educação inclusiva na escola – Proposta de ações mais efetivas.

2.6.2 Culminância

Será realizada na escola (um dia), por meio da exposição das fotos e atividades desenvolvidas durante a apresentação da proposta.

As demais etapas serão desenvolvidas pela gestão das escolas.

2.7 DURAÇÃO

O projeto de intervenção terá duração de um semestre, sendo que a primeira etapa será realizada no mês de junho e as demais etapas no segundo semestre do ano letivo de 2015.

2.8 AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por meio dos registros, de acordo com a participação da comunidade escolar nas atividades, segundo o interesse dos alunos, professores e de todos os que estiverem participando das ações propostas.

A avaliação será feita ainda, por meio de discussão, da participação e do debate realizado entre os alunos e professores direcionados para a indisciplina na sala de aula.

2.9 RECURSOS

Os recursos utilizados serão:

- Mobiliários
- Materiais didáticos e jogos pedagógicos
- Recursos Pedagógicos
- Folhetos
- Materiais de decoração
- Murais

2.10 RESULTADOS

Todos os gestores que participaram das ações e demonstraram interesse descobrirão novas maneiras de lidar com o aluno portador de necessidades educacionais especiais, colaborando para uma vantagem educativa maior.

As atividades de intervenção contribuíram para a redução das dificuldades enfrentadas pelos professores na sala da aula quanto à questão da inclusão escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão da inclusão social está vinculada à da exclusão, onde as relações sociais dominantes de desigualdades expressam-se nas políticas públicas, desta forma a inclusão e a exclusão, se referem às dinâmicas de expulsão ou de inserção nas esferas socialmente reconhecidas.

Coloca-se, portanto, que a inclusão social é a palavra chave a nortear todo o sistema de proteção institucional da pessoa com deficiência no Brasil, onde cabe a sociedade agir, juntamente com esforços públicos e privados, visando garantir o processo de inclusão.

Esse tema ainda é novo no Brasil e tem como ponto de partida os princípios constitucionais de igualdade de direitos e educação básica e gratuita para todos, como dever do Estado, conforme preconizado na Constituição Federal Brasileira de 1988.

Esse direito pode ser caracterizado também como o respeito às diversidades humanas e as leis tem um papel fundamental para a promoção e a garantia da igualdade social, pois é através destes que podem se conquistar uma nova atitude na forma de pensar e agir de todos os indivíduos que compõem a sociedade.

As escolas independentes do tipo de organização se constituem em agências sociais que visam o conhecimento, para toda população independente de classe social, cor, sexo, e outros tipos de individualidade que se apresente, onde através do ensino todos tenham a possibilidade de uma formação cultural e científica de qualidade.

A escola contribui de forma significativa para uma sociedade igualitária, através da transmissão de saber, o que denota assim a importância desta para todos e da sua importância para projeto histórico social de emancipação humana.

O princípio fundamental da proposta inclusiva é de que as escolas devem acolher a todos independentes de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguística ou outros com espaço garantido da cidadania com meios eficazes de combate á exclusão de alunos do sistema educacional, ao qual deve ser de qualidade.

Entretanto, a investigação e as atividades interventivas realizadas contribuíram para a identificação de que as escolas pesquisadas apresentam certa dificuldade para receberem essa nova clientela, tanto no âmbito da sua estrutura física, adequações curriculares como também na preparação dos profissionais envolvidos no processo educacional

Há uma necessidade de se repensar e reestruturar novas formas inclusivas, onde a escola deverá tornar-se um lugar em que o reconhecimento e o respeito pela diversidade são

mais do que simples ato de tolerância, é a afirmação de que a vida se amplia e se enriquece na pluralidade.

Nesta perspectiva faz-se necessário ressignificar a educação e, por conseguinte, o papel da escola e da formação e atuação de seus profissionais, dentre esses, os gestores e os professores.

Foi realizado apenas um ‘desenho’, mas fica ainda os espaços em ‘vagos’ a serem preenchidos por meio da construção de uma nova fórmula de viver nesta sociedade, uma nova formação ideológica da exclusão para inclusão escolar.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DE PSIQUIATRIA AMERICANA. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais – DSM-IV-TR**. 4 ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

ANÁPOLIS. **Resolução CME n. 052 de 24 de junho de 2013**. Estabelece normas e parâmetros para a educação inclusiva e especial no Sistema Municipal de Ensino de Anápolis e dá outras providências.

ANDRADE, E.R. **Quadro clínico do Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade**. Porto Alegre: ArtMed Editora, 2003.

ARAÚJO, M.V; RUSCHE, R. J; MOLINA, R; CARREIRO, L. R. R. Formação de professores e inclusão escolar de pessoas com deficiência: análise de resumos de artigos na base Scielo. **Rev. psicopedag.** vol.27 no.84 São Paulo 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** promulgada em. 5 de outubro 25. ed. São Paulo. Saraiva, 1988.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica**. MEC: SEESP, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Adaptações Curriculares: Estratégias para Educação de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais. Brasília: Secretaria da Educação Fundamental/Secretaria de Educação Especial, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial**. Política Nacional de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

CARNEIRO, Roberto. **Aprender a educar no século XXI. 2004**. Palestra proferida no Seminário dos 10 anos do Mestrado em Educação da UCB, Brasília, 2004.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **Gestão Social**. Caderno. São Paulo: Capacitação Solidária, 2003.

CHINALIA, Fabiana; ROSA, Juliene C L. **Fundamentos da Educação Especial e Inclusiva**. Curso de Especialização em Educação Especial da Faculdade de Educação. São Luis. Ribeirão Preto: Maxicolor Gráfica, 2008.

CIDADE, R. E.; FREITAS, P. S. Educação Física e Inclusão: Considerações para a Prática Pedagógica na Escola. **Integração**, v. 14 - Edição Especial - Educação Física Adaptada -, p. 27-30, 2002.

COLE, M., & WAKAI, K. n(1984). Psicologia educacional e cultural. **V Reunião de especialistas em Ciência Educacional**. Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. Genebra, 2001.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Política em Educação Especial**. Biblioteca virtual de Direitos Humanos – Universidade de São Paulo – Direitos dos Portadores de Deficiências – UNESCO, 1994

DUK, Cynthia. **Educar na diversidade: material de formação docente**. 3. ed., Brasília: [MEC, SEESP], 2006. 266 p

FAUSTO, R. F. de C. et al. Educação Física Escolar e as ações inclusivas: um olhar sobre os motivos para a não participação dos alunos nas aulas de educação física escolar. **Movimento & Percepção**, Espírito Santo do Pinhal, SP, v. 10, n. 14, p. 240-255, Jan./jun. 2009

FIGUEIREDO, R. V. de. Políticas de inclusão: escola-gestão da aprendizagem na diversidade. In: ROSA, D. E. G.; SOUZA, V. C. de (Org). **Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores**. Rio de Janeiro. DP&A, 2002. p. 67-78.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**/Antônio Carlos Gil. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GLAT, Rosana (Org). **Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

GOFREDO, V L F S. **Educação especial: tendências atuais**. Brasília: Associação de Comunicação Educativa: Roquete Pinto, 1999.

GRANEMANN, Jucélia Linhares. **Inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na escola: uma proposta necessária e em ascensão**. Dissertação de mestrado. Pós graduação Mestrado em Educação da Universidade Católica Dom Bosco, 2005.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5 ed. Ed. Revista e ampliada. Goiânia: Editora Alternativa, 2003.

LOURENÇO FILHO, Manuel Bergstrom. **Organização e Administração escolar: curso básico**. 7 ed. rev. e ampl. Pelo Prof^o Leda Maria Silva Lourenço. São Paulo: Melhoramentos, Brasília. 1976.

LUCK, Heloísa; FREITAS, Kátia Siqueira de; GIRLING, Robert; KEITH, Sherry. **A Escola Participativa: o trabalho do gestor escolar**. 4 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MAGALHÃES, R.C.B.P. Processos Formativos e Saberes Docentes em Tempos de Inclusão: apontamentos a Partir de Contribuições da Educação Especial. In: SILVA, A.M.M. et al. **Novas subjetividades, currículo, docência e questões pedagógicas na perspectiva da inclusão social**. Recife: Bagaço, 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér (org.). **O Desafio das Diferenças nas Escolas**. Petrópolis: Vozes, 2009.

MANZINI, E. J. Portadores de Necessidades Especiais e Integração. In: **Recriação Revista do Creia**, Campo Grande, v. 02, n. 1, p. 45-48, 1997.

MARTINS, José do Prado. **Administração em Educação**. São Paulo: Atlas, 1991.

MRECH, Leny Magalhães. **O que é educação inclusiva?** 2005. Disponível em: www.educacaoonline.pro.br/art_a_onda_inclusiva.asp?f_id_artigo. Acesso em: 20 mar. 2015.
MICHELS, Maria Helena. Gestão, formação docente e inclusão: eixos da reforma educacional brasileira que atribuem contornos à organização escolar. In: **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 33, set./dez./2006.

MINAYO, M. C. S. **O Desafio do Conhecimento-Pesquisa Qualitativa em Saúde** - São Paulo: Hucitec, 2004.

MULLER, Célio. O ensino particular e a Constituição Federal. Gestão para educar. **Jornal Virtual Gestão Educacional**. Disponível em: <http://www.gestaoeducacional.com.br>. Acessado em: 20 mar 2015.

OLIVEIRA, Gisela Andrade de; KNEIPP, Jordana Marques; RISS, Luciana Aita; GARCIA, Tania Elisa Morales; Alisson Eduardo Maheler. **Análise Comparativa de Instituições Públicas e Privada de Ensino Fundamental Frente à Gestão Administrativa Escolar**. s/d. Disponível em: www.ufpel.edu.br/cic/2005/arquivos/SA_00513.rtf. Acessado em: 20 mar 2015.

OMOTE, Sadao. A formação do professor de educação especial na perspectiva da inclusão. In: BARBOSA, Raquel L.L. (Org.). **Formação de educadores: desafios e perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da Escola Pública**. 3 ed. São Paulo; Ática, 2001.

PESARO, Floriano. **Oportunidades iguais na educação inclusiva**. Folha de São Paulo. 14 de abril de 2010.

RIZZO, Gilda. **Educação Pré-Escolar**. Editora Francisco Alves: Rio de Janeiro, 1995.

SANTOS, Clóvis Roberto dos. **O gestor educacional de uma escola em mudanças**. São Paulo: Pioneira, 2002.

SANTOS, Maria Terezinha Teixeira dos. **Atendimento Educacional Especializado: políticas públicas e gestão nos municípios**. 1 ed. São Paulo, Moderna, 2010.

SATOW, S. H. **Paralisia cerebral: construção da identidade na exclusão**. 2. ed. Taubaté: Editora Universitária, 2000.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**, 37. ed. Campinas: Autores Associados. 2005.

STAINBACK, S; STAINBACK, W. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

TEIXEIRA, Maria Cecília Sanchez; PORTO, Maria do Rosário Silveira. **Gestão da Escola: Novas perspectivas.** In: PINTO, Fátima Cunha Ferreira; FELDMAN, Marina; SILVA, Rinalva Cassiano. Administração escolar e política da educação, organizado. Piracicaba, Editora Unimep, 1997.

VALERIEN, Jean. **Gestão da Escola Fundamental:** Subsídios para análise e sugestão de aperfeiçoamento. 8 ed. São Paulo: Cortez. UNESCO. Ministério da Educação e Cultura, 2002.

APÊNDICE

APÊNDICE 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTA – GESTORES

1) O que você entende por inclusão escolar?

2) O que mais o (a) intriga ao pensar sobre a inclusão escolar?

3) Em sua formação acadêmica, houve alguma oportunidade de aprender sobre educação inclusiva?

4) Qual o tipo de gestão adotada pela escola?

5) A escola pode recusar um aluno que apresente necessidades especiais?

6) O que você entende por TDAH?

7) O que você sabe sobre seu aluno diagnosticado com TDAH?

8) A escola está habilitada para trabalhar com crianças portadoras de TDAH?

9) Em sua opinião, quais as habilidades um professor de apoio deveria ter para trabalhar com essas crianças?

10) Quais as dificuldades encontradas ao se trabalhar com uma criança portadora de TDAH?

11) Quais os recursos materiais disponíveis para viabilizar o processo de ensino-aprendizagem dessa criança?

12) Existe algum trabalho interdisciplinar voltado para seu aluno com TDAH?

13) Como você lida com o aluno diagnosticado com TDAH? O que você sugere como resolução do problema?

14) A família participa ativamente do processo educacional da criança com este transtorno? Se não, o que poderia ser feito?

15) Quais as principais barreiras que existem na escola para a participação dos alunos com necessidades educacionais especiais nas atividades propostas pelos professores?

16) A escola tem algum incentivo por parte do governo para trabalhar com esse perfil de alunado?
